



1290003160



FE

TCC/UNICAMP M338s

Mariana Marinelli

SS016003

**SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA MENTAL E INFÂNCIA:
CAMINHOS PARA PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO
CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA EM ESCOLAS REGULARES**

**CAMPINAS
2006**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Mariana Marinelli

**SEXUALIDADE, DEFICIÊNCIA MENTAL E INFÂNCIA:
CAMINHOS PARA PROPORCIONAR UMA EDUCAÇÃO
CRÍTICA E EMANCIPATÓRIA EM ESCOLAS REGULARES**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para o curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do
Professor Dr. César Aparecido
Nunes.

**CAMPINAS
2006**

© by Mariana Marinelli, 2006.

UNIDADE:	F.E
Nº CHAMADA:	100 UNICAMP
	M338s
V:.....EX:.....	
TOMBO:	3160
PROC.:	145107
C:.....D:.....	X
PREÇO:	
DATA:	29/03/07
Nº CPD:	465618

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Marinelli, Mariana
M338s Sexualidade, deficiência mental e infância : caminhos para proporcionar
uma educação crítica e emancipatória em escolas regulares / Mariana
Marinelli. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : César Aparecido Nunes.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Sexualidade. 2. Deficiência mental. 3. Infância. 4. Educação especial. 5.
Escolas regulares. I. Nunes, César Aparecido. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-784-BFE

Prof. Dr. César Aparecido Nunes
ORIENTADOR

Prof. Dr. Valério José Arantes
SEGUNDO LEITOR

Dedico este trabalho...

À minha querida Mãe, que sempre me apoiou, incentivou, pela sua paciência, compreensão, força, amizade e pelo amor demonstrado a cada dia, incondicionalmente.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me iluminar, acolher e ouvir nos meus momentos de insegurança e em tantos outros desafios da minha vida

À minha mãe e irmã Renata, por agüentar todas as minhas crises e indagações sobre o trabalho e sobre a vida em geral.

Ao Professor César Nunes, que me auxiliou no desenvolvimento de um trabalho crítico, norteando o meu trabalho, e ouvindo, de forma serena e tranqüilizadora, minhas incertezas quanto à produção deste trabalho.

À minha doce Milla, por estar presente em minha vida, me alegrando em todos os momentos, e me ajudando a ver a beleza nas pequenas grandes coisas da vida, como uma “cãominhada” ao amanhecer....E em sua companhia também, sua filhotinha, Kika, e sua amiga, de ser tão amável, conseguiu um lar... Branquinha, a vira-lata mais madame que conheço...

Enfim, a todos aqueles, que de certa forma, me impulsionaram a não desistir de meus sonhos...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.CAPÍTULO I	
ABORDAGEM HISTÓRICA DA SEXUALIDADE EDUCAÇÃO SEXUAL E A CONDIÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM DIFERENTES PERÍODOS	4
2.CAPÍTULO II	
ANÁLISE CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E DEFICIÊNCIA MENTAL, ATRAVÉS DOS RESULTADOS APRESENTADOS POR PROFESSORAS E ESTAGIÁRIAS DA EMEI MARIA CÉLIA PEREIRA – UNICAMP/PMC.....	23
3.CAPÍTULO III	
PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA COMPREENDER A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

No decorrer da história foi possível acompanhar as construções históricas, sociais, culturais e políticas de conceitos como a sexualidade e a deficiência mental. O primeiro termo traz até os dias atuais, conflitos e indagações presentes há séculos atrás, como a conservação do modelo dominador e explorador da mulher em relação ao homem, da negação e a repressão da sexualidade, vista como pecado na Idade Média, com a ascensão da Igreja Católica, concepções médico-higienistas, com a predominância do caráter preventivo de doenças e gravidez e aspectos biológicos da fisiologia humana, sem atribuir à sexualidade sua essência social, afetiva e principalmente, humana. Com relação a deficiência mental, as pesquisas históricas demonstram uma evolução de características de segregação, isolamento e repulsa, em que os deficientes, de qualquer natureza, precisavam ser retirados do convívio social, por serem considerados desviantes, imorais e impróprios ao convívio social, também pelo receio de preservação da anormalidade, caso um deficiente gerasse filhos. Desse modo, também é possível visualizar, nos dias atuais, essas características, através de preconceitos e estigmas referidos a essas pessoas, como portadores de uma hipersexualidade, dotados de comportamentos depravados, incapazes de viver em sociedade. Apesar de toda uma política de inclusão a essas pessoas, atitudes e pensamentos como esses, ainda estão presentes de forma sublimada e escondida na sociedade.

Com este trabalho, denominado *Sexualidade, deficiência mental e infância – Caminhos para proporcionar uma educação crítica e emancipatória em escolas regulares*, pretendo trazer reflexões para a realização de uma educação sexual emancipatória e democrática para crianças portadoras de deficiência mental incluídas na

Rede Municipal de Ensino, tentando desmitificar a idéia relacionada à deficiência, de eterna criança assexuada, inocente, que apresentam características anormais e desviantes, possuindo práticas descontroladas, instintivas e devassas, fortalecendo os mitos e tabus sobre sua sexualidade.

Neste estudo, realizei uma pesquisa qualitativa, utilizando como método de coleta de dados, o questionário, com perguntas abertas, aplicados à professoras e estagiárias da Escola Municipal de Educação Infantil “Maria Célia Pereira”, visando ter uma ampla visão do objeto estudado, percebendo as maneiras de pensar, sentir, seus valores, crenças, práticas adquiridas, e a percepção destas profissionais quanto a manifestação da sexualidade de crianças especiais, em relação às consideradas “normais”, para tentar entender profundamente as ideologias e as reações aparentes para cada ação das pessoas responsáveis pela educação de crianças com deficiência mental. O principal objetivo é entender como esses os processos de iniciação à sexualidade destas crianças acontecem, e tentar analisar formas de realizar essa temática de maneira democrática, emancipadora e libertária, através de estudos históricos, para se entender como foram dadas as relações de poder e aquisição de preconceitos, no decorrer do desenvolvimento das sociedades ocidentais.

No primeiro capítulo encontra-se a fundamentação teórica da Educação Sexual e a condição do deficiente mental, atribuída durante os séculos. Possui um levantamento histórico da visão da sexualidade, desde o período pré-histórico até a contemporaneidade, e como em cada período a questão da deficiência é entendida e vivenciada pelos povos de cada época, obtendo assim, uma análise crítica a estas informações.

O segundo capítulo contém a análise dos questionários atribuídos a professoras e estagiárias da EMEI “Maria Célia Pereira”, com discussões de suas concepções sobre

deficiência mental e a sexualidade das crianças, verificando a presença de ideologias conservadoras e práticas enoveladas a preconceitos e ausência de uma formação consciente e científica, com relação aos três estigmas trabalhados nesse tema : Sexualidade, Deficiência Mental e Infância.

Já no terceiro e último capítulo temos propostas e reflexões para a promoção de uma prática mais reflexiva e científica de educadores, para tentar desconstruir a visão conservadora, moralista e repressora, ainda muito presente, nas práticas e nas opiniões de senso comum, de muitos profissionais da educação, familiares e por conseqüência as crianças, que são educadas nesse meio.

Enfim, esse trabalho foi desenvolvido com o intuito de trazer reflexões, debates e conscientizações a educadores da importância em promover a educação sexual de crianças portadoras de deficiência mental de maneira científica, política, filosófica e sócio-cultural, evitando conceitos pré-estabelecidos pelo senso comum e conservados pela falta de teor analítico nas práticas educacionais. Porém, não pretendo fazer considerações irresponsáveis ou julgamentos de profissionais e instituições, pois essa atitude não resolveria os problemas educacionais, muito menos traria uma formação adequada e responsável a esses educadores.

CAPÍTULO I

ABORDAGEM HISTÓRICA DA SEXUALIDADE EDUCAÇÃO SEXUAL E A CONDIÇÃO DO DEFICIENTE MENTAL EM DIFERENTES PERÍODOS

Sabendo das condições de preconceito e desinformação ocasionada pelos temas: sexualidade e deficiência, tentaremos estudar a sua relação no âmbito escolar, e como, no decorrer dos anos, esses assuntos foram questionados, analisados e proporcionados à população, no decorrer da história.

Começamos a estudar a sexualidade, as diferenças entre os gêneros, com a realização de funções distintas entre homens e mulheres no Período Paleolítico (de 30 mil a 4 mil a.C.), em que os homens viviam em sociedades nômades, com a caça e a coleta de frutos e raízes, e a caça de grandes animais, utilizando a pedra lascada, e partiam em pequenos grupos isolados para essa função. Assim, as mulheres ficavam e exerciam toda e qualquer forma de governo familiar, ou seja, comandavam as famílias e tomavam decisões, tornando esse período matriarcal, valorizando o elemento feminino, materno, procriador e organizador da sociedade primitiva.

Já, com o sedentarismo dos homens, no período neolítico, através da fixação da habitação, eles passam a cultivar seus próprios alimentos, domesticar os animais, não sendo mais necessária à caça e a procura por alimentos e locais seguros para a sobrevivência, trazendo assim o ócio dos homens, e das mulheres também, fazendo com que eles passassem a realizar o trabalho do plantio e da colheita de alimentos, bem como o tratamento de seus animais, fazendo com que as mulheres passem a exercer apenas o papel de mãe, esposa e realização de atividades domésticas, sem mais participar ativamente da sociedade primitiva, tomando decisões e resolvendo problemas de sua comunidade. Neste período, através de registros pictóricos encontrados em vasos e urnas funerárias, podemos presumir a existência de pessoas com deformidades físicas,

desafiando o homem a conviver ou exterminá-las, contudo, segundo Moukarzel (2003,p.9), entre esses povos, se pode supor que *“havia uma certa tolerância e cuidados dispensados aos que diferiam dos demais em sua natureza física ou psíquica.”*

A sociedade patriarcal tem suas origens em 8000 a.C., registrada na Bíblia e vivida pelo povo hebreu, que tinha a mulher discriminada e semi-escravizada pelo marido, pai ou senhor, sendo “vendida” para um homem, através do dote, para ser sua esposa. As mulheres adúlteras eram apedrejadas por todos, mas a poligamia masculina era comum, exemplificado em figuras bíblicas como Jacó e Israel. Através disso, podemos notar a ausência da cidadania da mulher, pois ela não tinha nenhum direito, e deveria apenas servir, como se fosse incapaz de pensar, questionar, ou realizar atividades diferentes dos afazeres domésticos.

Para os gregos, a sexualidade era vista como nos hebreus. O casamento é um contrato entre senhores e o seu objetivo maior é a procriação. A mulher grega, como as de origem hebraica eram proibidas de ter relações extraconjugais, já os maridos/homens não tinham nenhuma sanção social que o impedisse até mesmo de ter relações homossexuais. Assim, novamente, a mulher é considerada propriedade de seu marido, e este exerce uma relação de poder a ela, numa categoria de submissão. Na Grécia Clássica os valores eram a supremacia masculina e a estética como expressão de beleza, então a convivência social com deficientes e mulheres era intolerável, segundo Pessotti,

As crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos e clássicos, além de classistas, que serviam de base à organização sócio-cultural de Esparta e da Magna Grécia.(PESSOTTI, 1984,apud Moukarzel,2003, p.13)

Essa característica de superioridade em relação à mulher traz reflexos até hoje encontrados, como o machismo. Ele é proveniente de famílias patriarcais que educa o

menino para gostar de seu sexo, ostenta-lo orgulhosamente e em se falar das meninas é ao contrário, obrigando-a a esconder seu sexo, prejudicando-a a ter uma relação afetiva com sua identidade sexual. Freud em seus estudos sobre a origem de traumas, descobriu que o início das neuroses está na fase infantil da vida através das repressões sexuais sofridas durante esse período. Em sua pesquisa, ele constatou que “o instinto sexual de todos os instintos humanos é o mais reprimido pela cultura e também o que mais amplamente se manifesta seja por via neurótica ou sadia, tamanha é a sua força.” (NUNES E SILVA, 2000, p.45)

O machista é aquele que possui aversão e desprezo a mulher, pois ama a si mesmo, cultua seu próprio sexo e o de seus semelhantes, ridicularizando e menosprezando a mulher, tornando-se violento, controlando e reprimindo a mulher, bate e mata.

Desse modo, podemos considerar o machismo como uma forma sublimada da homossexualidade, pois o machista procura a si mesmo, tem como objeto erótico à figura de seu próprio sexo e de seus semelhantes, não admitindo, de forma alguma, a igualdade dos sexos, tudo isso, segundo Freud, é reflexo da infância, e da educação dada a estas pessoas, de forma emancipatória ou autoritária,sexista, repressora.

Já, no cristianismo, a homossexualidade é reprimida, mas a interiorização da mulher permanece, permitindo somente ao homem o divórcio e ao adultério, considerando a menstruação e o parto como impurezas. Porém, o tratamento a deficientes se torna mais igualitário e humano, mas essa igualdade moral ou teológica não corresponde a uma igualdade civil e de direitos,de acordo com os princípios religiosos do cristianismo. Os deficientes passam a ser recolhidos, por caridade, em conventos e igrejas, em troca realizam pequenos trabalhos. Segundo Pessotti,

Graças à doutrina cristã os deficientes começam a escapar do abandono ou da exposição, uma vez que, donos de uma alma, tornam-se pessoas e filhos de Deus, como os demais seres humanos. (PESSOTTI, 1984, apud Moukarzel, 2003, p.16)

Ao assegurar abrigo e proteção aos deficientes, através de sua cristianização, a Igreja católica não os impediu de viver, por um longo período da história, a um isolamento e segregação, tornando-os pensamentos dominantes da educação especial. Esse episódio passa a ser retratado por Pessotti,

Como para a mulher e o escravo, o cristianismo modifica o status do deficiente que, desde os primeiros séculos da propagação do cristianismo na Europa, passa de coisa a pessoa. Mas a igualdade de status moral ou teológico não corresponderá, até a época do Iluminismo, a uma igualdade civil, de direitos. Dotado de alma e beneficiado pela redenção de Cristo, o deficiente mental passa a ser acolhido caritativamente em conventos ou igrejas, onde ganha a sobrevivência, possivelmente em troca de pequenos serviços a instituição ou à pessoa "benemerita" que o abriga. (PESSOTTI, 1984, apud Moukarzel, 2003, p 18)

No Novo Testamento há uma predominância no livro de Paulo, que era um judeu-grego, convertido ao cristianismo, e condena a homossexualidade, o adultério, prostituição, entre outros, baseando-se em fortes razões teológicas, encontrando na virgindade o modelo ideal de consagração e de identidade cristã. Para o estudioso da moral cristã Marciano Vidal,

A moral cristã recebeu do estoicismo seu ascetismo e rigorosidade, e uma orientação unilateral no sentido da procriação. A influência neoplatônica se percebe na compreensão dualista alma-corpo e nas prevenções diante da "matéria" (corpo) entendida como sombra e inimiga do espírito. (VIDAL, 1979, apud Nunes, 1987, p.83)

Santo Agostinho, que foi a base doutrinária da moral cristã, recrimina o sexo até no casamento, afirmando ser a relação ideal aquela que comunga com a caridade e o afeto entre o casal, recorrendo ao sexo apenas para a procriação.

A Reforma Luterana na Igreja Católica isola a sexualidade atribuindo-lhe uma negatividade, controlando a linguagem sobre sexo, trazendo como uma fuga o trabalho, passando a ser a nova forma de compreender o homem. Esses princípios luteranos são de herança de Santo Agostinho, pois todas as repressões ao sexo continuam a existir, mas agora mudando o foco e valorizando o trabalho, nascendo à cultura de vergonha e pecado ao sexo, não encontrado na Idade Média. Na moral sexual cristã, *a sexualidade é uma qualidade má, fruto do “pecado do homem”* (NUNES,1987, *apud* Moukarzel,2003,p.17)

No período da Idade Média observa-se um período de tolerância ao deficiente, tendo como um dos responsáveis, o sentimento de afetividade que se constrói em torno da figura da criança e da família, impulsionado pela Igreja, colaborando para a implantação de asilos e instituições assistenciais de toda a espécie para dar amparo e proteção a essas pessoas. Com a ciência moderna, passaram a reconhecer a necessidade de tratamento médico específico e adequado a essas pessoas, pois passam a ser consideradas pessoas *doentes ou vítimas de forças sobre-humanas cósmicas, ou não, dignos de tratamento e complacência.*(PESSOTTI,1984, *apud* Moukarzel,2003,p.21). Mas, no contexto social, a realidade continua a mesma. No final deste período, os antigos leprosários passam a abrigar qualquer tipo de pessoa que não correspondesse com a chamada normalidade para os padrões da época.

Com a Revolução Industrial, a sociedade se modifica novamente, e os padrões do sexo também são modificados, bem como a relação com a deficiência, tornando todos àqueles que não estavam aptos ao trabalho nas fábricas, com a mecanização, em

deficientes e excluídos do mercado. A burguesia acaba moldando o corpo dos sujeitos `as necessidades da produção, (...) onde o “*princípio do prazer*” é domado e regulado em nome do “*princípio do trabalho*” que no mundo burguês é o trabalho escravizante e alienada.(NUNES,1987,apud Moukarzel,2003, p.27)

O século XIX com suas transformações no mercado capitalista traz consigo grandes mudanças, também, na maneira de pensar a sexualidade de maneira repressiva. Através da Segunda Guerra Mundial, os EUA fixam definitivamente sua hegemonia capitalista, e com ela o jeito americano de viver, baseado no consumo exagerado e da insatisfação permanente com o que foi adquirido. Os meios de comunicação ficam responsáveis por divulgar produtos como um “aparelho ideológico de enquadramento das massas consumidoras”, fazendo movimentar o mercado de consumo.

A sexualidade passa a ser mercadoria , incorporada na máquina de consumo, pois todas as propagandas passam a inserir o sexo, a falar e a referir a anseios da época, estigmatizando a mulher como garota-propaganda, em que até o seu corpo é consumido.

Em tempos de consumo do sexo, temos, também, uma liberação sexual, conquistado por mulheres, homossexuais e outros grupos, mas o modelo consumista prevalece, com a erotização sendo vendida e consumida em “*sex-shops*” ou através da pornografia.

Para Marcuse, a sociedade está deserotizada, pois

o sistema controlador permite a manifestação compensadora e quantitativa da sexualidade, mas não a humanização e o sentimento de afeto, que são aspectos qualitativos. (MARCUSE,1967, apud Nunes, 1987, pág.98)

Essa nova sexualidade , dos tempos atuais, tem a sua liberação vendida pelo capitalismo, em sua forma consumista,ainda tendo o homem como detentor da hegemonia da produção, apresenta a imagem da mulher estereotipada, embora se vende

a idéia de liberação de seu corpo, a submete a uma nova forma de dominação e repressão, talvez ainda mais cruel que a vista anteriormente, para Marilena Chauí (1984, pg 22),

O novo saber sobre o sexo, científico e objetivo, não é necessariamente portador do fim da repressão sexual, podendo ser apenas uma variante dela." Para essa mesma autora, a repressão do sexo passa de uma mesma esfera moral e religiosa para a esfera da medicina e da psiquiatria, o que pode ser comprovada a biologização e medicalização do sexo nas esferas mais conservadoras da sociedade.

Com a descoberta da AIDS, o sexo passa a ser controlado novamente em tempos de sua banalização. O medo toma conta da sociedade, derivado da falta de informação e do preconceito da sociedade em ver as vítimas dessa doença como pervertidos e imorais, já que seus principais alvos são os homossexuais e os viciados em drogas injetáveis.

Hoje em dia, com a ampliação da influência social dos meios de comunicação e as propagandas, podemos observar o sexo apelativo através dos corpos de mulheres e homens através do enquadramento estético, moral e econômico, gerando crise de valores com relação ao sexo, por crianças e adolescentes, pautados, por outro lado pelo controle e confusão dos valores pela família. Os pais, ainda, apresentam dúvidas e constrangimentos ao falar em termos técnicos como menstruação, gravidez, masturbação, e apresentam uma posição tradicionalista ao considerar a prática sexual dos filhos, passando a responsabilidade em lidar com o assunto aos educadores, médicos, psicanalistas e aos padrões moral da religião.

Embora, hoje em dia, a sexualidade já esteja menos reprimida, pensando na submissão em que as mulheres viviam e a negação da sexualidade infantil, por todos esses movimentos em prol da liberação ditos anteriormente e de pesquisas muito válidas e coerentes a esse assunto, a sexualidade para crianças ainda é vista como inexistente ou

quando ela é detectada, passa a ser vista como um distúrbio ou doença , ou falta de orientação por parte dos pais e da escola, como instituições responsáveis pela educação moral da criança. As reações ainda são piores quando falamos sobre a sexualidade de crianças portadoras de deficiência mental, sendo rotuladas a ter um comportamento sexual devido à sua patologia, como se a condição de ser deficiente fosse inerente aos impulsos sexuais, ou então serem classificadas como ingênuas, puras, meigas, incapazes de demonstrar seus impulsos sexuais, presente em todos os seres humanos, sem restrição.

Até os estudos de Freud serem socializados, não se admitia que as crianças tinham o que ele chamava de impulso sexual, só admitindo o aparecimento das “coisas sexuais” na puberdade. Ele foi o primeiro a se referir à masturbação, ereção e simulações sexuais em crianças como algo natural.

O que podemos entender por sexo e sexualidade? Para Nunes e Silva, *“É possível entender sexo como a marca biológica , a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal. Já a sexualidade é um conceito cultural, constituído pela qualidade, pela significação do sexo”* (NUNES E SILVA, 2000,p.74), portanto falamos do conceito de sexualidade apenas para seres humanos, pois há o envolvimento da cultura e da vivência de cada pessoa ou sociedade. *“A sexualidade é uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem. (...) A sexualidade transcende à consideração meramente biológica, centrada na reprodução e nas capacidades instintivas.”* (NUNES E SILVA, 2000, p.73).

Especificamente no Brasil, as características da educação sexual têm como fundamentos ideológicos o modelo patriarcal predominante das culturas ocidentais, em que a sexualidade está voltada apenas para uniões procriativas e a família é baseada no

ideário institucional católico medieval: pai provedor, mãe submissa e filhos obedientes, trazidos pelos primeiros colonizadores, com seus códigos morais e repressivos, negando, anulando e desrespeitando os padrões já estabelecidos pelas culturas originais indígenas, legitimados também pelos padres Jesuítas aqui enviados para catequizar índios e fundar escolas, posteriormente, para as classes mais abastadas. (Nunes, 1996, *apud* Moukarzel, 2003, p.72)

No início de século XX, os modelos médico-higienista e positivista predominam no Brasil, fazendo referência a uma educação sexual higiênica, voltada aos programas de saúde referendada por concepções européias, predominando intensamente até o final da década de 70. Essa educação sexual, voltada a deficientes mentais era voltada para à preservação da saúde e reprodução da espécie sadia, defendendo o isolamento e a preservação de mulheres deficientes, baseados na crença preconceituosa de que

As mulheres deficientes mentais são quase invariavelmente imorais e, em liberdade, são geralmente agentes de propagação de doenças venéreas, ou dão origem a crianças tão deficientes como elas. (PESSOTTI, 1984, *apud* Moukarzel, p.46)

E nesse aspecto de preservação da saúde e esterilização, surgem as classes especiais das escolas públicas, com a separação dos alunos normais e anormais, para poderem realizar uma inspeção sanitária mais eficaz aos alunos diferentes.

E nos anos 20, do século XX, acontecem as primeiras discussões sobre educação sexual e deficiência, por causa da grande preocupação da população geral e dos especialistas com os aspectos degenerativos da deficiência e riscos para a humanidade, regulamentando medidas profiláticas e disciplinadoras do controle sexual destas pessoas.

A era da liberação sexual também ocorreu no Brasil, no período das décadas de 1970 e 1990, sendo falado de sexo até em programas de televisão, substituindo a teoria das Ciências Naturais, com relação ao sexo, pela psicologia e estudos de Freud.

Até meados da década de 90, ainda não se encontrava uma visão crítica com relação à sexualidade do deficiente mental, possuindo um caráter apenas de aconselhamento familiar, possuindo apenas características de cuidados com estas pessoas, baseados nos conceitos ocidentais cristãos de sexualidade, fortalecendo a idéia errônea do despreparo e dependência inerente ao deficiente, para lidar com autonomia da sua própria vida, exercendo direitos e deveres como qualquer outra pessoa, tendo as mesmas reações fisiológicas, psicológicas e sociais.

Então, em 1988, surge a primeira obra, no Brasil, sobre deficiência e sexualidade, escrita por Marilda Novaes Lipp, com o título “Sexo para deficientes mentais: sexo e o excepcional dependente e não dependente”, dando uma grande importância ao direito do deficiente mental em viver e expressar sua sexualidade, sendo de responsabilidade principal da família em legitimá-lo. Para ela, “(...) *pais de crianças deficientes têm que assumir a responsabilidade de se informarem e de informarem seus filhos quanto a sexo*” (LIPP, 1986, *apud* Moukarzel,2003 ,p.74). E Gauderer acredita ser “(...) *fundamental que os pais tenham seus conflitos sexuais esclarecidos e resolvidos de alguma maneira, pois só assim eles podem ser eficientes ao educar seus filhos*” (GAUDERER, 1997, *apud* Moukarzel,2003, p.74).

Com relação à legitimação do direito à expressão e vivência da sexualidade por deficientes mentais, Marta Suplicy e Jay Galé, expressam suas opiniões.

Em relação à sexualidade dos deficientes o preconceito é enorme, pois lhes é vedado o direito à informação e às mesmas emoções e necessidades sexuais dos outros seres humanos.(SUPLICY,1991, *apud* Moukarzel ,p.75)

Os adolescentes retardados precisam de mais informações sobre sexo, não menos. Eles têm os mesmos sentimentos e impulsos sexuais que qualquer outra pessoa, mas não são expostos à rede de informações e recursos de que se beneficiam os adolescentes com plena capacidade. (GALE, 1989, *apud* Moukarzel, 2003, p.75)

A partir da década de 1980, a literatura começou a dar muita importância à expressão da sexualidade das crianças com deficiência mental, mas na prática das escolas e das famílias, não foi possível observar o mesmo discurso, pois o conservadorismo reducionista, voltado aos aspectos biológicos, tanto de familiares quanto de profissionais da educação, continuou a existir. Portanto, Moukarzel afirma que *“Despertar a consciência dos agentes educacionais para a responsabilidade da educação sexual de pessoas com deficiência visando proporcionar-lhes condições para superação de suas dificuldades pessoais e sociais e conseqüente inserção na vida social”*. (MOUKARZEL, 2003, p.75)

Pesquisadores da área de deficiência mental e sexualidade acreditam que a origem de atitudes discriminatórias e incapacitadoras em relação à sexualidade destas crianças sejam decorrentes da não-aceitação de pais e professores em relação à deficiência dos filhos/alunos, como forma de estigmas, tabus e mitos decorrentes de uma visão acrítica e de senso comum. Lucena Dall’Abba, pioneira no estudo sobre deficiência mental e sexualidade no Estado de Santa Catarina, diz que o

(...) despreparo do professor quanto a tratar questões relativas à deficiência mental aparece, também, no descrédito à capacidade de compreensão de seus alunos e à visão do deficiente como criança. (Dall’Abba, 1992, *apud* Moukarzel, 2003, p.77)

E a percepção de Moukarzel,

Diante das manifestações da sexualidade, pais e professores, freqüentemente, mostram-se temerosos e, muitas vezes, tomam atitudes perversas ao negar a essas pessoas o direito do

conhecimento de si e do outro, acentuando ainda mais o caráter de desigualdade historicamente construído sobre a deficiência.(MOUKARZEL,2003,p 2)

No século XVIII, John Locke, inaugura uma visão naturalista da educação, influenciando às primeiras teorias sobre a educação especial, aplicado à deficiência mental pelo médico Jean Itard em 1800, pela experiência que teve com um menino-lobo (criança que viveu na floresta sem a companhia de seres humanos, assim não recebeu nenhum estímulo ao seu desenvolvimento) e a constatação de treinamento de deficientes, portanto, o direito de receber educação.

Nesta última década, do século XX, a educação brasileira tem se pautado na construção de valores e pressupostos democráticos, visando a promoção da cidadania plena da pessoa com deficiência, utilizando um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dizendo que “todos tem direito à educação”. E nestes princípios foi criada a LDB, com um capítulo seu, dedicado à educação especial, fortalecendo suas políticas integradoras e o combate ao caráter assistencial e segregacionista ainda encontrados na educação brasileira. Porém, a teoria desses documentos não tem sido visto muito na prática, pois suas ações , no decorrer dos anos, não têm apresentado (...) *uma substancial melhora na forma de conceber e tratar os indivíduos que não se encaixam nos chamados padrões da normalidade.*(BIANCHETTI,1998, *apud* Moukarzel,2003,p.44)

Verificando a história de entidades que prestam serviço a portadores de deficiência, percebemos, em sua grande maioria, um caráter filantrópico, mantido pela iniciativa privada, e naquelas financiadas pelo poder público, passaram a existir depois de organizações populares, revelando um descaso do Estado com estas questões.

Em 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente, Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro), em 1857 o Instituto dos Surdos-Mudos,

reforçando o ideário de exclusão social atribuída a estas pessoas, sendo todas as instituições de caráter privado, permanecendo assim até a década de 1970.

No período final do Império houve uma expansão industrial geradora de novas necessidades, exigindo uma reformulação do Estado, com a República possibilitando, entre outras medidas, a expansão do sistema educacional, com reflexos na educação especial.

Este sistema de ensino apresentava uma dualidade, instituído com a Constituição da República, em 1881, favorecendo o surgimento do atendimento especializado à pessoas portadoras de deficiência, em instituições privadas. Essas instituições tinham um caráter eugenista, aliadas às concepções de ordem caritativa e assistencialista, baseados nas doutrinas jesuíticas, *cuja pedagogia determinava uma disciplina rígida, de contenção de desejos e negação do corpo.*(MOUKARZEL,2003, p.46)

Assim, neste período, surge uma grande preocupação com o caráter eugenista no tratamento a deficientes mentais em entidades privadas e assistencialistas. Estas eram ligadas a ordens religiosas, jesuítica principalmente, cuja pedagogia determinava uma disciplina rígida, de contenção dos desejos e negação do corpo, orientadas também pelas vertentes médico-higienistas.

Em 1935, houve a criação do Instituto de Cegos do Recife e a Fundação para o livro do Cego no Brasil, em São Paulo, no ano de 1946, e com elas trouxe um caráter reabilitatório, exigindo a formação de profissionais habilitados para tal função.

E em 1947, em Belo Horizonte, ocorreu a criação do Instituto Santa Inês, no âmbito da deficiência auditiva.

Com relação ao deficiente físico, se evidencia uma preocupação com a criação, em 1931, do Pavilhão Fernandinho Simonsen, na Santa Casa de São Paulo. E em 1956,

foi criado, também, o Instituto Nacional de reabilitação, vinculado à Universidade de São Paulo, a primeira iniciativa pública relacionada com o tratamento de deficientes.

Em 1934, o Presidente Getúlio Vargas promulga uma nova Constituição, expressa em um novo conceito de cidadania, ao assegurar direitos trabalhistas e reconhecer o voto feminino, além de estabelecer, pela primeira vez, a competência da União em demarcar as diretrizes da educação nacional, atribuindo a responsabilidade da própria União, como dos Estados pela Organização e Manutenção dos sistemas de ensino, públicos e em todos os graus, reafirmando a tese já defendida em 1824 quanto ao “direito de todos”.

Neste mesmo período surgem novas idéias relacionadas com a educação, através do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, visando a laicidade do ensino público, gratuito e obrigatório, de acordo com as propostas de caráter humanitário. E sob essa influência Maria Montessori desenvolveu seu trabalho, na Itália, com crianças deficientes mentais com relação à sua educabilidade.

Assim, o Brasil acompanha a herança pedagógica de Montessori, pelas instituições privadas de caráter filantrópico, fortalecidas a partir de 1946.

A Omissão do Estado em promover o oferecimento de vagas em escolas especiais a deficientes, foi minimizado, quando o mesmo, passou a oferecer subsídios às entidades particulares e isentando o imposto de renda das empresas que financiassem estas instituições.

Em 1970, foi criado o CENESP- Centro Nacional de Educação Especial, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, número 5692/71, continha em seus artigos a importância de se criar unidades de atendimento a essas pessoas, de caráter público e gratuito, e este centro foi responsável também por elaborar o primeiro plano nacional

para a Educação Especial, privilegiando a iniciativa privada as atendimento de alunos especiais.

A partir da década de 1980, passam a se firmar os movimentos sociais em prol dos direitos fundamentais nas políticas integradoras de educação especial, reafirmando os princípios norteadores da educação democrática, visando a consciência e o exercício da cidadania de todas as pessoas, indiscriminadamente.

Com a Constituição Federal de 88 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, asseguram os direitos a pessoas portadoras de deficiências e são atribuídos os ordenamentos combativos à exclusão e à violação de sua integridade

Em 1994, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, registrada através do documento chamado Declaração de Salamanca, temos algumas mudanças na teoria institucional sobre a educação especial, afirmando

O compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais. (CORDE, 1994, apud Moukarzel, 2003,p.38)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos também favoreceu e muito a condição do deficiente no âmbito social e individual, com suas diretrizes sobre a interação, relações sociais, autonomia, poder de decisão, entre outras, dos deficientes mentais, com isso, entramos no conceito de sexualidade. Se pensarmos que ela revela, segundo a Organização Mundial de Saúde, como “(...) *uma energia que nos motiva para encontrar amor, contato, ternura e intimidade; ela integra-se no modo como nos sentimos, movemos, tocamos e somos tocados; é ser-se sensual e ao mesmo tempo ser-se sexual. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influencia também a nossa saúde física e mental*”, facilmente percebe que é

através dela que passa toda a experiência e auto-consciência de um indivíduo: a pessoa percebe, sente, pensa e deseja.

Neste sentido, toda a problemática da sexualidade remete-nos, inevitavelmente, para o desenvolvimento humano e para a própria complexidade que o caracteriza. Sendo a sexualidade uma dimensão da personalidade, não se pode negar à pessoa portadora de deficiência mental a liberdade de viver e expressá-la. Entenda-se que ao falarmos de sexualidade estamos falando de uma realidade que não se esgota no ato sexual. Ela é também e, sobretudo, amizade, carinho e relacionamento pessoal. Possuir amigos, partilhar interesses, relacionar-se e experimentar sentimentos de união são algumas das necessidades mais profundas de todo o ser humano. A pessoa portadora de deficiência mental deve aprender, como qualquer outra pessoa, a reconhecer a sua individualidade, compreender o comportamento social e o seu comportamento como membro de uma sociedade, conhecer a sua própria vulnerabilidade e, essencialmente, saber escolher, decidir e desenvolver a sua própria sexualidade. Portanto, é muito importante legitimar e permitir que cada um tenha seu direito garantido, através da informação da família e da escola, para poder realizá-lo de maneira emancipatória e libertadora, nos limites de cada criança, respeitando-a como um indivíduo único e particular.

Mas esse assunto, sexualidade, ainda representa um tabu ao se falar de deficientes mentais, tanto por parte da população em geral, como da família e da escola desta criança. Segundo Moreira,

(...) Geralmente as manifestações sexuais do deficiente mental constituem motivo de apreensão na família e na escola, pela falta de limites e percepção do outro (...) a não inclusão da educação sexual, contribui para manutenção de tabus e preconceitos relativos ao deficiente mental.(MOREIRA, 1995, apud Moukarzel, 2003, p.68)

A diferença existe, e sempre existirá, seja de cultura, raça, sexo, idade, opção sexual, mas isso não isenta a ninguém os seus direitos como cidadão e como ser humano, trazendo a responsabilidade para a sociedade civil de impedir que isso aconteça, pois cada um de nós possui sua individualidade e se distingue dos outros indivíduos. Sabendo disso, é importante que as escolas incluam essas crianças sem retirar a sua individualidade, suas limitações, seus desejos e direitos, como para qualquer outra criança. Precisamos trabalhar com a educação sexual de forma edificada, responsável e emancipatória, entendendo por esse termo o seguinte

A determinação política, crítica e científica frente à sexualidade e suas múltiplas expressões, tributária do sentido maior da existência humana, a capacidade de amar e ser amado. (MOUKARZEL, 2003, p. 59)

A autora Maria da Graça Moukarzel, usa uma citação em sua dissertação de Mestrado, do autor França Ribeiro, discutindo a prática dos educadores em relação aos alunos portadores de necessidades especiais.

(...) A ansiedade na busca de aprender maneiras mais adequadas de atuar, não pode ser sanada apenas dando-se informações, mas sim incorporando-se o entrar em contato com estas atitudes e em que medida repercutem para dificultar o comportar-se de forma adequada. (FRANÇA RIBEIRO, 2001, apud Moukarzel, 2003, p. 68)

Falar em criança, deficiência mental e sexualidade é apresentar um triplo preconceito e uma série de tabus e limitações que cada coisa pode carregar, juntando os termos e trabalhá-los de uma única forma, só aumentam os estigmas e a dificuldade em trabalhar. Para muitas pessoas, a criança é um ser assexuado, inocente, angelical e tantas outras características ausentes de uma visão de pertencimento à sexualidade por uma criança. E no final do século XIX, Sigmund Freud, chocou religiosos e cientistas com seus estudos ao desenvolvimento infantil, considerando a sexualidade infantil

desde o nascimento da criança, nomeando a primeira infância de “pré-história” do indivíduo, e também foi o primeiro em aceitar e confirmar atos sexuais da criança como a ereção, masturbação e mesmo as simulações sexuais.(NUNES e SILVA,2000,p.46). E Cabral, em seu livro, fez referência a alguns estudos de Freud, afirmando que

(...) é na infância e a partir das primeiras relações que o sujeito estabelece com os outros e com o mundo que se inicia o processo de armazenamento da energia afetiva responsável pela capacidade de amar.(CABRAL,1995, apud Moukarzel,2003,p.30)

Portanto, para Freud, as crianças são sexuadas, pois ele acredita ser uma característica inerente ao ser humano, sendo o controle sexual a condição essencial para o enquadramento do indivíduo na sociedade, e todos são movidos pelos impulsos sexuais para o bem ou para o mal, a fim de realizar a sua meta, que é, satisfazer seus desejos, sempre podados pela sociedade para se ajustar aos padrões da conduta moral e social. Então, segundo Moukarzel, *educar significa ensinar a sublimar, a manter o controle sobre os instintos primários, essenciais à convivência social* (2003, p.30), sendo assim, o indivíduo deverá se adequar para poder se integrar na sociedade, já que esta é muito maior que o ser em questão. Com base nisso, para ser integrado aos outros seres humanos, é preciso reprimir seus impulsos e desejos, canalizando suas excitações, de preferência para o trabalho produtivo, seguindo as normas do sistema capitalista, não podendo viver sua sexualidade abertamente, de forma emancipada.

Freud , como neurologista, estudou por muito tempo as neuroses das pessoas, sendo resultado de traumas e repressões sexuais vividas durante a infância, segundo ele, e por isso, acabou estudando a sexualidade da criança para poder entender melhor esse problema. Esses sintomas neuróticos, estudados por Freud, *são elementos sexuais reprimidos manifestando-se por via indireta em forma de comportamentos doentios.*(NUNES e SILVA,2000,p.45).

Portanto, é importante verificar todos esses estigmas encontrados em três temas que deverão ser trabalhados juntos, como a sexualidade a deficiência mental e a infância. São temas que carregam em si tabus, medos, preconceitos, vergonha, discussões pautadas no senso comum e ausência de pesquisas acadêmicas que os envolvam de forma crítica, sendo ampliada à comunidade de professores, familiares, profissionais envolvidos com a educação especial, e o resto da população também, para que possam trabalhar com esses assuntos com mais esclarecimento e opinião. A criança deve deixar de ser considerada “um ser em formação”, incapaz de produzir conhecimento e de possuir direitos à sua condição de ser humano, como qualquer outro. O deficiente mental não pode mais ser visto como uma eterna criança dócil e meiga, dependente de seus responsáveis, incapaz de ser autônoma e responsável por seus atos, de forma leviana. E a sexualidade precisa ser vista como uma característica inerente, essencial e exclusiva a todos os seres humanos, desde o seu nascimento, sem ser vista como algo voltado somente à procriação, de caráter biológico e médico, sem ser analisado seu lado social, de interação dos indivíduos, conhecimento do próprio corpo, satisfação e realização pessoal. Assim, precisamos questionar, expor e socializar esses levantamentos, para que a informação seja socializada e discutida em diversos âmbitos , tentando amenizar preconceitos, desmistificar tabus e promover uma educação mais libertadora para nossas crianças possam viver de uma forma mais emancipatória e crítica.

CAPÍTULO II

ANÁLISE CRÍTICA E INTERPRETAÇÃO DAS CONCEPÇÕES DE SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO SEXUAL E DEFICIÊNCIA MENTAL, ATRAVÉS DOS RESULTADOS APRESENTADOS POR PROFESSORAS E ESTAGIÁRIAS DA EMEI MARIA CÉLIA PEREIRA – UNICAMP/PMC.

A coleta de dados desta pesquisa foi realizada a partir da aplicação de um questionário, contendo oito questões discursivas, a professoras e estagiárias da Escola Municipal de Educação Infantil “Maria Célia Pereira” Convênio UNICAMP/ PMC. Estas pessoas foram selecionadas de acordo com a presença de alunos portadores de deficiência mental em sua turma, neste ano ou em anos anteriores.

Esta Escola está localizada dentro do *campus* da Universidade Estadual de Campinas, mas sendo de responsabilidade do Município de Campinas. A Universidade se responsabiliza pela alimentação, pela doação e manutenção do espaço físico e pela contratação de estagiárias, que são remuneradas para exercer um estágio participante. Sendo assim, essas alunas estão entre o segundo e o último ano da Faculdade de Pedagogia e já tem contato com a prática, sendo responsáveis também pela sua realização. A Escola funciona em período integral, pois as crianças, em sua maioria, são filhos de funcionários da UNICAMP, portanto, ficam na Escola no período de trabalho de seus pais. A organização do corpo docente é da seguinte maneira: tem uma professora na sala no período da manhã, e outra no período da tarde, e uma estagiária, que fica o período todo, tendo a função de passar todas as informações do dia para a professora seguinte, então as crianças e suas famílias têm um maior contato com estas profissionais, já que elas recebem e entregam as crianças aos pais, no final do dia. Sendo assim, percebi a importância da participação destas estagiárias na pesquisa, pois

têm a oportunidade de estar em todos os momentos com as crianças, podendo ter uma melhor percepção de suas reações e rotinas.

A EMEI “Maria Célia Pereira”, por estar localizada dentro de uma Universidade tem muitas vantagens em relação a outras, pois as informações acabam sempre chegando com maior velocidade, e abrindo espaço para as profissionais da educação em participar de uma série de palestras, conferências e debates sobre assuntos relevantes à educação, também têm a possibilidade de entrar em contato com pessoas especializadas em determinados assuntos para promover conversas para esclarecimento dos profissionais e de familiares. Nesta Escola, acontecem, com frequência, encontros e palestras para discutir a sexualidade das crianças, organizada pelas professoras responsáveis pelo Projeto de Orientação Sexual e pela Orientadora Educacional. Estas palestras são oferecidas a pais e professores, sendo realizada em horários favoráveis a ambos, sendo substituída pelo horário das reuniões pedagógicas, para a presença de todas as professoras. Porém, mesmo com a facilidade do horário e com a abertura da UNICAMP a seus funcionários participarem destes eventos, pouquíssimos pais frequentam. Lembrando que apenas professoras, orientadora educacional e a diretora frequentam essa reunião, pois as estagiárias devem ficar com as crianças nesse período, e os demais funcionários devem continuar desenvolvendo suas tarefas, assim esse tema não alcança a todos, promovendo uma maior abertura e informação à Escola e às pessoas nela inseridas.

Como recorri ao questionário, com perguntas abertas, para a coleta de dados, pude notar uma variação do discurso oral para a escrita, das profissionais selecionadas para participarem da pesquisa, e também de sua prática como professora, e também do fato de uma das professoras não ter entendido a proposta de minha pesquisa, tendo como campo de pesquisa a escola regular e o trabalho de professoras e estagiárias

pertencentes a esse espaço, e não uma instituição particular para crianças portadoras de deficiência mental, comentando o trabalho de todos os profissionais envolvidos, como: fisioterapeutas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros. Foi feita por mim, uma carta de apresentação explicitando o tema da pesquisa e o que deveria ser levado em consideração para responder o questionário, e comentado, oralmente, o assunto da pesquisa, porém, pude notar um mau entendimento do que foi proposto.

Como foi dito anteriormente, essa Escola estudada por mim promove freqüentes reuniões sobre sexualidade e discussões de como trabalhar com ela, mas algumas profissionais ainda apresentam uma certa dificuldade em tratar com a sexualidade de seus alunos portadores de deficiência, presentes em algumas respostas obtidas, podendo ser visualizado, com clareza, a opinião oculta nas falas destas pessoas.

O meu objetivo nesta pesquisa não é o de julgar o trabalho docente, nem as práticas pedagógicas da EMEI “Maria Célia Pereira”, mas explicitar alguns pontos que podem trazer alguma reflexão e discussão sobre o tema proposto, a fim de trazer discussões com caráter científico, questionando opiniões do senso comum, tentando ampliar os conceitos destes profissionais, trazendo benefícios à escola e principalmente às crianças, que viverão em um espaço mais emancipatório e libertador, onde suas ações sejam vistas como produtoras de conhecimento e descobrimento do seu próprio corpo e de sua pessoa física, enquanto ser humano, participante de várias atmosferas como: sua família, sua casa, bairro, escola, cidade e assim por adiante. Mas para isso, a Escola deverá estar aberta a mudanças e disponível a mudar padrões estabelecidos historicamente como a reprodução dos papéis tradicionais, enquadrando e perpetuando estigmas em relação à deficientes e a sua sexualidade, os dogmatismos morais (religiosos) e ideológicos, entre outros.

Entende-se ser a escola o veículo para o conhecimento em diversos campos: sociais, políticos, cognitivos, pedagógicos, psicológicos, motores, portanto deverá promovê-los de forma crítica e completa para não gerar problemas na formação e no desenvolvimento de seus alunos, proporcionando-lhes um entendimento global sobre a importância de cada indivíduo, de sua relação com os outros, de seus direitos e deveres como ser humano, pertencente a uma sociedade, respeito ao próximo e a si mesmo, conhecimento de seu corpo e de seus limites, seus gostos, preferências, aprender a fazer escolhas, tudo isso e muito mais pode ser estudado e ampliado no âmbito escolar, para auxiliar no desenvolvimento completo e libertador de seus alunos, combatendo preconceitos, discriminações e a incorporação de conceitos pré-estabelecidos socialmente, reprodutores de conceitos tradicionais estigmatizadores.

Para tentar descobrir um pouco sobre as ideologias e a metodologia de trabalho das profissionais pesquisadas, e encontrar alguma informação implícita, pedi a elas que respondessem as seguintes perguntas:

- 1) Você trabalha com a sexualidade de seus alunos? De que maneira?
- 2) O que você entende por sexualidade?
- 3) Para você, as crianças são portadoras de sexualidade? Como elas expressam isso?
- 4) A sexualidade de uma criança deficiente mental é diferente da sexualidade da criança considerada “normal”? Por quê?
- 5) Você percebe alguma diferença no comportamento sexual das crianças “normais” quando estão na presença de uma com deficiência mental?
- 6) Você permite que seus alunos, com deficiência mental, toquem em seus órgãos sexuais, quando sentem vontade? E os outros alunos, como você reage a essa mesma situação, têm alguma diferença?

- 7) Como você enxerga a sexualidade do deficiente mental? Ela pode ser considerada mais desenvolvida do que a encontrada em crianças “normais”? Justifique sua resposta.
- 8) Descreva a personalidade de seu aluno com deficiência mental? Ela corresponde com a sua opinião sobre deficientes? Por quê?

Essas perguntas foram respondidas por quatro professoras e duas estagiárias, de forma particular e individual, tendo cerca de duas semanas, cada uma, para responder. Houve uma certa preocupação delas em me dizer que não tinham um conhecimento teórico sobre o tema proposto, e que trabalhavam apenas com as vivências práticas das crianças, e quando elas apresentassem algumas dúvidas ao assunto, utilizavam livros de histórias para tentar solucionar a dúvida. Como diz Moukarzel,

Por força do politicamente correto, alguns professores se excedem na tentativa de mostrar a superação do preconceito, normalizando a diferença significativa e naturalizando a sexualidade. Nesta euforia pedagógica o protecionismo, o descrédito, a indulgência e a indiferença convivem dissimulados por discursos voluntariosos e paternalismo exacerbado, personificando estereótipos, forjando o estigma. (MOUKARZEL, 2003,p.102)

Com relação à primeira pergunta do questionário, sobre como elas trabalham com a sexualidade de seus alunos, duas pessoas responderam que é através da leitura de histórias, com a abordagem do tema, uma relatou não envolver o tema, outra mencionou o trabalho que observou em uma instituição para portadores de Síndrome de Down, sem responder o que foi proposto, comentando o trabalho das fisioterapeutas deste local, e não o seu próprio, uma quinta disse trabalhar a sexualidade em vários momentos com suas crianças da educação infantil, mas principalmente, através de atividades que proporcionem o toque através de massagens, como expressão de carinho e a última disse recorrer a bonecos que a Escola possui, com órgãos sexuais aparentes,

para as crianças conhecerem, manusearem e explorarem, podendo tirar suas dúvidas sobre a fisiologia humana e também através de histórias, mas acabou não abordando a sexualidade em si, pois trabalha apenas com a questão biológica da sexualidade, através do modelo médico-biologista, *inspirado na descrição das funções procriativas, centrado na informação das etapas e características do aparelho reprodutor e das funções sexuais reprodutivas, com variantes para uma abordagem higienista e médico-profilática* (NUNES e SILVA,2000,p.14),sem envolver os fatores sociais, afetivos e ideológicos contidos nesse termo. Contudo, mesmo trazendo maneiras de trabalhar com a sexualidade das crianças, de uma forma geral, estas profissionais ainda estão equivocadas com relação ao que seria considerada educação sexual, pois estão lidando com ela superficialmente, tentando convencer a si mesmas da validade das atividades propostas aos alunos. É evidente que todas essas ações, de massagens, leitura de livros paradidáticos, auxiliam no processo para obter uma educação sexual, mas não basta, pois precisam de outros recursos para complementá-lo, trazendo sua emancipação e superação. Para Nunes, a educação sexual

(...) quer-se representar o conjunto de processos simbólico-significativos e comportamentais, psicossubjetivos e socioinstitucionais de representação e vivências das identidades e potencialidades sexuais.(NUNES, 2000, p.13)

E, por Educação Sexual Emancipatória,entende-se

A emancipação pode ser entendida como a formação para a compreensão plena, integral, histórica, ética, estética e psicossocialmente significativa e consciente das potencialidades sexuais humanas e sua vivência subjetiva e socialmente responsável e realizadora.(NUNES, 2000, p.17)

Assim, a educação sexual deve ser vista de diferentes parâmetros, fazendo comparações com o que se está fazendo e o que deverá ser feito para promovê-la de

forma emancipatória e eficaz, não deixando dúvidas sem esclarecimentos, perguntas sem respostas, pois uma criança que está curiosa procura respostas até encontrar, podendo ter acesso a informações que ainda não são adequadas à sua idade ou ainda não tem maturidade para entendê-la, dificultando o processo, podendo até gerar bloqueios e traumas posteriores nessa criança. E segundo Freud, as atitudes neuróticas encontradas em adultos são resultado de frustrações e bloqueios sexuais vivenciados durante a infância, e para evitarmos esses comportamentos, devemos nos responsabilizar pela satisfação de dúvidas, transmissão das informações, como já foi dito anteriormente. Segundo Moukarzel, *a precariedade das informações básicas sobre sexualidade repercute no desenvolvimento de sua individualidade e construção de vínculos afetivos que, associado ao estigma e a restrição de oportunidades, conduz ao isolamento e a solidão.*(MOUKARZEL, 2003, p.103)

E, de acordo com Nunes e Silva

A curiosidade das crianças não satisfeita pela educação doméstica e estimulada por uma mentalidade permissiva e objetual, presente em nossa sociedade, transforma-se em um comportamento ansioso e inseguro, mesclado de medo, exibicionismo e repressão.(NUNES e SILVA,2000,p.76)

Portanto, *aqueles que pretendem apresentar a sexualidade na perspectiva institucional escolar deverão, em primeiro lugar, escandir os apelos de controle e dominação, normatização repressiva e arbitrariedades históricas calcadas no preconceito e na negação do desejo e afetividade.*(NUNES e SILVA,2000, p.109)

A segunda questão envolve o entendimento pessoal, de cada indivíduo, sobre a sexualidade, da forma como interpretam a expressão. Nas respostas dadas pelas educadoras, há uma predominância no caráter médico-reprodutor, sem uma visão social, política e filosófica da sexualidade, partindo de opiniões do senso comum, e uma

concepção reprodutora e conservadora dos modelos ideológicos presentes na educação sexual brasileira. Podemos verificar esse modelo nas seguintes respostas:

A sexualidade é algo inerente ao ser humano. Todos os seres a possui. Ela se manifesta inconscientemente no homem, somente depois ele consegue distinguir essas sensações e suas finalidades. É portanto, algo inato, que passou a ser aperfeiçoado.

Entendo por sexualidade tudo que está relacionado ao corpo e às sensações que sentimos quando o exploramos.

Para mim é a descoberta de nosso corpo, conhecer as "partes" e tipos de toque que dão prazer tanto individualmente quanto em grupo.

Para mim, sexualidade significa aceitar seu corpo, se amar, pois só assim você saberá amar o próximo; ter uma boa relação com seu corpo, sem sentir vergonha. Ou seja, não envolve só sexo, mas também a maneira que você encara o prazer, sem preconceitos ou tabus.

Portanto, as considerações destas professoras, representam,

Noções de biologia, anatomia humana, comparações entre reprodução animal e fenômeno humano de nascer revelam as incompreensões e desencontros de uma mentalidade fria e cartorial, retrato desfocado de uma sociedade mecânica e deserotizada.(NUNES e SILVA, 2000, p.108)

Devido a essas opiniões, podemos observar o reflexo conservador da educação sexual brasileira, pois a excluem de uma visão erótica, considerada uma atividade essencialmente humana, isto é, *a capacidade de relacionar-se com o mundo da natureza e com os demais seres humanos de maneira singular e subjetiva.*(NUNES e SILVA, 2000, p.109)

Uma educadora alegou não ter muitas informações a respeito da sexualidade, preferindo não responder a questão, revelando uma falta de informação e preparo para trabalhar de forma crítica e emancipatória com as crianças da Educação Infantil, gerando

lacunas e ausências quanto a esse assunto, para as crianças, pois não terão informações necessárias para o seu desenvolvimento, caso apresentem necessidade ou demonstrem interesse pelo assunto. Fiquei espantada em associar a professora em questão com o Projeto de Orientação Sexual, já que ela, juntamente com outra professora, é responsável por esse projeto, me ocorrendo algumas dúvidas: Como a Prefeitura Municipal de Campinas, financia um Projeto como esse, em que as responsáveis possuem conhecimento de senso comum, ou ausência de conhecimento relacionado ao assunto em questão? Não seria mais viável, a Prefeitura financiar uma Formação Continuada a essas professoras, para tornar sua prática educacional mais consciente? Essas são perguntas para pensarmos um pouco sobre as instituições públicas brasileiras e a sua funcionalidade.

Todavia, foi possível encontrar um comentário mais crítico com relação à sexualidade, mas ainda com algumas informações não embasadas teoricamente. Segue, abaixo, a resposta referida

A sexualidade de um sujeito permeia ou abrange vários aspectos, reações biológicas, situações sócio-culturais, econômicas e políticas. São valores impostos, condicionados, conscientizados e construídos pelas famílias.

A primeira parte desse comentário, apresenta a criticidade relacionada a cima, mas quando a educadora diz que os valores da sexualidade são impostos pela família, venho a discordar, pois todo ser humano tem como característica exclusiva à sua raça a sexualidade, portando não há maneira de ser imposta a alguém, seguindo padrões pré-estabelecidos. A família e a sociedade em geral, podem promover a maneira como a pessoa enxerga e lida com sua sexualidade, através da cultura de determinada população, pois a maioria dessas pessoas a vivenciam de formas semelhantes. Podemos exemplificar as comunidades indígenas, que possuem experiências diferentes àquelas comungadas

pela população brasileira, ou quaisquer outros povos. Cada grupo de pessoas, convive com a mesma cultura, com os mesmos costumes, mas não impõem uma característica que já é inerente à condição humana.

A terceira pergunta questionava a opinião das educadoras sobre a sexualidade das crianças, se elas a possuem ou não, e se possuem de que forma ela é expressa. Todas as profissionais responderam afirmativamente, mas prevalecendo o caráter biológico e de gênero da sexualidade, demonstrando uma *visão desprovida do seu sentido histórico-político*, refletindo em *uma visão de senso comum, corporeificada, ingênua e conservadora da sociedade* ilustrando as *abordagens normativo-institucionais* (MOUKARZEL,2003, p.106). Esse caráter biológico a qual me refiro tem relação à abordagem médico-biologista da sexualidade, que tem como fundamento a filosofia positivista, remetendo suas práticas e concepções às Ciências Naturais. Assim, a sexualidade é restringida a um modelo instintivo, natural e procriativa, focalizando o corpo para apenas uma função: a reprodução.

Exemplo de resposta prevalecendo o caráter biológico da sexualidade:

Sim. Elas expressam a sexualidade inicialmente de maneira instintiva (através de toques em seus órgãos genitais), somente depois vão descobrindo as sensações que essas manipulações ocasionam.

Resposta com ênfase nas características de gênero:

Sim. Acontece que elas estão numa fase de descoberta, descobrindo seu corpo, seu sexo (menino, menina), diferenças entre ser menino ou menina, etc.

Opinião abordando as duas concepções, biológica e de gênero:

Sim. Entendo que as crianças expressam a sexualidade quando começam a perceber as diferenças entre o corpo feminino e o masculino, principalmente dos órgãos genitais, e sentem vontade de tocar seus amigos e a si próprias.

O seguinte comentário, apresenta a expressão “naturalmente” podendo denotar uma possível permissividade ou mesmo indiferença, por parte dos educadores, diante das questões emergentes. O caráter da normalidade expressa a influencia positivista na educação sexual, de imposição de padrões e comportamentos determinados, desprovida de suas significações sociais. (MOUKARZEL,2003,p.107)

Sim. Naturalmente. Elas são curiosas e estão em um momento de ebulição, quando descobrem que manipulando seu pênis, por exemplo, lhe dá uma sensação gostosa vai querer contar para os amigos ou repetir o ato sozinha.

Essa citação também reflete o caráter biológico , restringindo a sexualidade a apenas essa característica, como nas respostas anteriores.

Portanto, segundo Moukarzel,

A educação social compreende um complexo processo de apropriação cultural, afetiva e social não resignado ao determinismo funcional do corpo, nem a ditadura moral estabelecida.(2003, p.70)

As outras duas professoras responderam de forma semelhante, afirmando a presença da sexualidade nas crianças, como algo que já nasce com a pessoa, manifestada através de toques, vontades, intenções, atitudes, etc, representando de forma genérica o tema estudado, sem dar informações mais detalhadas ou voltadas especificamente à criança, como foi solicitado.

O quarto item do questionário envolve temas que ainda são alvos de preconceito, desinformação, conservadorismo, tabus, mitos, idéias provenientes do senso comum que

são transformadas em verdades, entre outras. Esses temas são a sexualidade, a criança e a deficiência mental, e quando são tratados de forma relacionada e conjunta, se transformam em mais uma dificuldade a ser superada. Essa pergunta questiona a sexualidade da criança portadora de deficiência mental, fazendo comparações com a sexualidade das crianças consideradas “normais”.

Essa conservação de preconceitos e mitos à deficiência mental, dificulta o processo de inclusão social e da validação destas práticas para o desenvolvimento pleno e independente dessas pessoas, pois sem essas vivências será impossível trazer à realidade social uma convivência harmônica e saudável a essas pessoas, dando continuidade às formas desiguais de relacionamento, impedindo-as de perceber em si e no outro a importância desses encontros para a validação das trocas pessoais essenciais aos seres humanos.

A opinião de metade das educadoras pesquisadas representa a idéia geral do comportamento sexual de crianças portadoras de deficiência mental ser considerado desviante, instintivo e mais desenvolvido, ou “aflorado” “a flor da pele” nos jargões populares. Essas profissionais usaram a palavra “aguçada” para representar esse comportamento que julgam ser característico dos deficientes, demonstrando a desorientação à sexualidade, de forma geral, já comentada anteriormente.

Portanto, torna-se possível visualizar um tratamento negativo e carregado de estigmas à deficiência e sexualidade, como se estas crianças especiais fossem portadores de uma sexualidade instintiva e descontrolada, manifestando-se de forma mais acentuada que nas demais crianças.

Acompanhe as respostas na íntegra:

Não, é apenas mais aguçada.

Não tenho certeza, mas pela minha experiência com criança deficiente mental, acredito que nesta criança a sexualidade seja mais aguçada.

Penso que esta resposta é muito relativa. A sexualidade do indivíduo seria compatível com seu comprometimento mental, portanto a manifestação de sua sexualidade seria diferenciada a de uma criança normal.

Esta última resposta, representa a afirmação que quanto maior for a deficiência mental do indivíduo “comprometimento” maior será sua sexualidade, relacionando sexualidade ao instinto e transformando a redução do desenvolvimento mental à animalização da pessoa, pois passa a ter atitudes sexuais mais desenvolvidas e maiores nesses casos, confirmando o que já havia sido problematizado nos parágrafos anteriores.

A professora seguinte, não atribui à deficiência a condição de aumentar ou acelerar a sexualidade de uma criança, mas sim à individualidade e o tempo de cada criança em expressar sua sexualidade e “descobrir” algo relacionado a ela, deixando a entender que este termo refere-se somente a descobertas e de forma intencional, porém, sabemos que podemos vivenciá-la de diversas formas, inconscientemente, seja através de uma demonstração de carinho, ou na sucção ao seio materno para se alimentar.

Minha experiência mostra que isso depende da criança. Não acredito que seja diferente e sim que algumas crianças manifestem sua sexualidade (descobertas) mais cedo que outras. Independente se é portadora de alguma deficiência ou não.

Já, o próximo comentário abrange o relacionamento familiar com a sexualidade do filho, relacionando uma maior ansiedade sexual às crianças que são mais restritas à vivência de sua sexualidade, sendo constatado o toque ao corpo com maior frequência, já que não possui uma abertura ou liberação ao ato em ambiente familiar, gerando um descontrole de seus atos.

Acredito que organicamente sua sexualidade se desenvolva como em outras crianças, o que acontece é que dependendo do ambiente e das pessoas em sua volta, a vivência dessa criança seja mais restrita.

A última já representa um olhar mais esclarecido e mais próximo ao procurado na educação sexual, pois não se remete à deficiência para explicar a aceleração ou retardamento da sexualidade, e considera o deficiente mental um ser humano, como outro qualquer, com desejos, sonhos, realizações, autonomia, entre outros itens inerentes à condição humana.

Acredito que não. Qualquer ser humano, independente de suas limitações, sente prazer, necessita ser amado, e ter uma boa relação com o seu corpo.

O quinto item do questionário pergunta se as educadoras notam algum comportamento diferenciado das crianças consideradas “normais” em relação às crianças portadoras de deficiência mental, com ênfase na sexualidade destas crianças. A maioria das profissionais respondeu não ter presenciado ou notado nenhuma reação desse tipo, relatando uma certa *naturalidade no comportamento, sem malícia ou preconceito*, nas palavras da professora.

Não, as crianças acolhem e incluem as com deficiência e seus comportamentos são os mesmos.

Apenas uma educadora relatou ter presenciado reações diferenciadas nas crianças em relação aos colegas especiais.

Sim, por exemplo quando a criança D.M. se masturba, as outras crianças comentam entre si, e algumas crianças repetem os mesmos movimentos, mas não percebem que ela está sentindo prazer e acabam nem tocando em seus órgãos genitais.

Na sexta questão, questioneei a conduta das educadoras em ocasiões de masturbações de seus alunos, de que forma reagem a esses comportamentos e se há alguma diferença em sua orientação quando se tratam de crianças especiais. Todas as professoras responderam de forma semelhante, dizendo que conversam com suas crianças, de forma geral, explicando que aquele não é o momento adequado para tal atividade, não diferenciando essa postura às crianças especiais.

Observe as respostas semelhantes:

Nossa orientação é a mesma , se quer se tocar deve estar no lugar adequado, não na frente de todo mundo. No caso de masturbação, principalmente, não proibir, mas orientar, que poderia ser feito no banheiro da sua casa.

Para tudo tem hora e local, não repreendo nenhum, nem os deficientes, apenas converso e oriento, com a maior naturalidade, que a escola, em meio aos outros, não é local, peço que se manipulem em casa, no quarto, quando estiverem sozinhos. E com os deficientes, quando não entendem, procuro desviar a atenção para outras coisas.

Esta última resposta revela uma certa insegurança , por parte da educadora, em trabalhar com a sexualidade de seus alunos, sendo revelada através da palavra “naturalidade”. Ela demonstra não fazer um trabalho contínuo de educação sexual com as crianças, pois se realizasse não precisaria “conversar e orientar com a maior naturalidade” na ocasião, pois este trabalho estaria sendo feito no dia-a-dia das crianças, auxiliando-as a falar sobre o assunto, tirando suas dúvidas, aliviando suas ansiedades, , possibilitando a elas uma vivência sem traumas ou bloqueios à sua sexualidade, e conseqüentes contatos afetivos e relacionamentos sociais.

Em ambos os casos, procuro conversar, ou quando percebo que há algo mais sério, como ansiedade, procuro conversar com a família.

Já esta resposta, demonstra o descompromisso pessoal em trabalhar sobre sexualidade com as crianças, pois ao perceber uma certa ansiedade ela comunica aos pais, para que eles tomem alguma providência, ao invés de perceber a importância da discussão, também no âmbito escolar, para aliviar esse descontentamento da criança que poderá vir a ser um problema para outras pessoas da mesma turma.

Minha postura é a mesma independente da criança. Em conversas coletivas falamos muito sobre o respeito que devemos ter com o nosso corpo e com o corpo do outro. Caso a criança sinta muita necessidade de tocar seus órgãos sexuais, geralmente proponho outras atividades para que ela possa sentir outros prazeres, não querendo substituir mas tirar a atenção excessiva e conversar que se ficar se tocando muito pode se machucar, ficar irritado e sensível o local.

Este comentário anterior, nas duas últimas linhas, em que a professora se refere à irritação causada pelo toque excessivo ao órgão sexual, pode causar medo e preocupação da criança em tocar seu corpo, gerando aversão e uma recusa ao toque, trazendo problemas posteriores, em sua fase adulta, em sentir prazer e relacionar-se sexualmente com outras pessoas. Por isso, é necessário ter uma formação adequada, para promover uma educação sexual sem traumas ou conflitos às crianças, adequando suas falas de acordo com a turma em questão, para que isso não aconteça.

Às vezes peço que faça isso em outro momento, mas na maioria das vezes permito. Com os outros alunos, geralmente acontece na hora do descanso, então peço que eles soltem as mãos e relaxem para descansar.

Esta educadora, com o relato anterior, afirma deixar seu aluno especial a se tocar, mas os outros não, revelando acreditar que o deficiente mental se masturbe por um instinto, ou por sua sexualidade ser mais desenvolvida em relação às outras crianças,

não podendo ter um “controle” sobre ela. Já as outras crianças, segundo ela, realizam esse ato sem intenção, podendo, portanto, ser interrompido.

Às vezes. Permito que a criança com deficiência mental se manipule porque ainda não descobriu as sensações que o toque produz, é uma forma de exploração, conhecer seu órgão.

Esta citação demonstra um bloqueio da educadora em relação ao prazer sexual, pois ela afirma autorizar que seu aluno especial se toque porque ainda não descobriu o prazer, como se o problema estivesse na relação da masturbação com o prazer, enquanto as outras crianças, que já descobriram o prazer, são mais restritas ao toque, revelando uma visão moralista, presente na ideologia cristã, a partir da Idade Média.

A seguinte questão trata da visão da educadora com relação a sexualidade do deficiente mental, comparada com a sexualidade das crianças consideradas “normais”, verificando a presença de um maior desenvolvimento desta característica, nas crianças especiais. Três profissionais pesquisadas acreditam que não há diferença entre a sexualidade das crianças, porém apenas duas justificaram sua resposta.

Acho igual ao de uma pessoa normal, pois como disse, apesar de suas limitações, eles também sentem, buscam prazer e amor

Expressa-se com atitudes e na fala, talvez por falta de orientação ou falta de limites, apresenta comportamento não apropriado, expondo-se mais do que outros colegas da mesma idade tidos normais. No entanto, não é considerado mais desenvolvido ou exagerado.

Este último comentário comenta a expressão de atitudes e falas não apropriadas ao convívio social, apresentada por crianças especiais, não encontrados em outros colegas, considerados “normais”, da mesma idade. Porém, isso acontece pela falta de

uma educação sexual efetiva a essas crianças, pois quando não são explicados e conversados, determinados assuntos, com a definição de regras e limites socialmente aceitos, elas ainda não têm a condição de julgar o que podem ou não podem fazer em grupo, pois, na maioria das vezes, associam a satisfação de seu prazer como uma realização de todos, pela característica do egocentrismo, nos primeiros anos de vida dela, portanto, essa reação é possivelmente observada em qualquer criança sem limites ou sem orientações, não dependendo, exclusivamente, de suas limitações ou deficiências.

A educadora autora da próxima resposta, alegou não notar nenhuma diferença no comportamento das crianças com as quais trabalha, mas fez uma comparação a um outro aluno seu, de 21 anos, portador de deficiência mental, notando uma certa diferença em relação aos tidos como “normais” em sua idade.

Já tive experiências com um aluno deficiente mental de 21 anos percebi que é mais excessivo o interesse sexual, pois não possui as “regras sociais” estabelecidas como a privacidade, por exemplo, e está com sua sexualidade (desejo e prazer) à flor da pele. Já na criança de 5 anos, não percebo muita diferença. Uma hipótese minha é que as crianças “normais” têm interesses diversificados, enquanto que a criança deficiente tem seu corpo como foco mais importante.

Nesse comentário pude perceber uma série de estigmas e mitos em relação à sexualidade do portador de deficiência mental. O primeiro, é em relação ao aluno de 21 anos, (não vou me estender muito, pois não é o interesse dessa pesquisa), dizendo que ele não possui as regras sociais, não apresentando a privacidade necessária para realizar suas práticas sexuais, mas isso não tem relação nenhuma com a sua deficiência, como já foi discutido anteriormente, pois, o que deve ter faltado para ele estabelecer essas regras, é justamente uma postura mais rígida, e uma conversa formulando limites, para que ele pudesse entender os padrões morais socialmente aceitos, como qualquer outro

adolescente, nesta faixa etária. O segundo, apesar de ser uma hipótese dela, apresenta uma generalização da deficiência, como se todas os indivíduos vivessem em uma mesma realidade social, numa mesma família, convivessem com as mesmas pessoas, e como sabemos que cada um possui a sua individualidade e vivência particular, não podemos afirmar isso. E essa característica discutida pela professora depende também dos contatos sociais, culturais e históricos dessa criança, para que esse elemento seja determinado.

As duas últimas respostas são afirmativas em relação às diferenças entre as crianças, demonstrando a concepção negativa da sexualidade e deficiência, como um caráter instintivo e descontrolador para manifestar sua sexualidade, já comentado anteriormente, em outra ocasião.

Acredito que eles são mais sensíveis ao toque.

Como disse anteriormente, acredito que seja mais aguçada e desenvolvida que nas crianças "normais". Aparentemente, ela busca o prazer de forma muito freqüente, enquanto que nas outras crianças, acredito que seja mais por curiosidade.

A última questão pede que as educadoras descrevam a personalidade de seus alunos e pergunta se ela corresponde com a sua opinião sobre deficientes mentais, explicando a sua resposta. Abaixo, temos as respostas, na íntegra, de cada profissional pesquisada.

Meu aluno, H., é muito agitado, carinhoso, sorridente, alegre como toda criança, gosta de brincar, às vezes é teimoso, muito inteligente.

Esta descrição, acima, expressa um caráter de mitificação do deficiente, como se todos os deficientes mentais fossem iguais, tivessem a mesma cultura, as mesmas frustrações, contato social, entre outros, pois revela características tidas como

padronizadas a estas crianças, com uma pureza angelical, alegres, meigas, incapazes de causar o mal, portanto classificados como pessoas alheias à realidade social.

Meu aluno era um pouco agitado, não se sentia bem em ambientes fechados, possuía pouca concentração, e ao estar em locais com muito barulho começava a gritar; o que gostava era de livros de história. Falava pouco, e coisas muito repetitivas. Quanto ao contato físico, aceitava carinho de pessoas mais próximas e era retraído com quem não conhecia.

A criança com a qual trabalho e convivo é muito esperta, tem um bom vocabulário, faz associações com o assunto discutido, porém é inconstante em todos estes aspectos. Não utiliza o que descrevi em todos os momentos, mas quando o assunto está muito próximo de seus interesses naquele momento, fica atenta. Possui uma dificuldade em aceitar limites, tendo que ser muito conversados, explicados e negociados. Para mim, hoje o conceito de deficiência é muito relativo, pois temos crianças deficientes em cultura, limites, estímulos e a criança com que tenho contato possui um bom aspecto cultural, de estímulos, vivências e afeto.

Essa criança parece ter uma personalidade muito forte e própria. Ela corresponde com minha opinião sobre deficientes pois possui certas limitações. Ela é uma criança que se relaciona muito bem com todos, pois é muito meiga e carinhosa, mas também é muito cheia de vontades e tem muita dificuldade em aceitar uma contrariedade, tanto por parte dos colegas quanto dos adultos.

Trata-se de uma criança ansiosa, teimosa, inquieta. Penso que ele já percebeu que possui algo "diferente" das outras crianças e isso, às vezes, o deixa irritado. Percebo sua vontade de reproduzir as atividades dos colegas. As características citadas não são típicas de um deficiente mental, são próprias de qualquer criança. No entanto, algumas atitudes como: risadas sem propósito, movimentos repetitivos sem qualquer significado, momentos de "transe" (como se estivesse em outro lugar), penso que não são comuns a todos.

Antes de trabalhar com alunos deficientes, a minha impressão era que, eram muito diferentes dos alunos ditos normais, mas não são, dependendo de suas famílias e ambientes, a abrangência de sua vivência, demonstram ser capazes, alegres, comunicativos e sem preconceitos...

Esta educadora possui a informação de que o desenvolvimento dessas crianças também depende do meio em que vive, para ser alcançado, como qualquer outra criança,

precisando ter estímulos sociais, afetivos, motores, psicológicos, cognitivos, para expressá-los em sua prática cotidiana, possibilitando-o a ter uma vida mais independente e participativa, aumentando sua capacidade em desenvolver-se cada vez mais.

Enfim, terminamos de analisar o questionário respondido por seis profissionais da educação da EMEI “Maria Célia Pereira”, e podemos fazer um levantamento geral sobre os resultados. Ainda há uma predominância no caráter mitificador da deficiência mental, acreditando ser carinhosos, meigos, angelicais, puros, eternas crianças, dificultando o seu desenvolvimento e sua vivência plena de sua sexualidade e em sociedade, por exemplo, pois são considerados incapazes de responsabilizar-se por si, e responder por seus atos. Com relação à sexualidade, também podemos observar, um predomínio da moral cristã, em que a expressão da sexualidade é vista como algo errado, que deve ser proibido. E também a presença de uma visão médico-biologista da sexualidade, referindo-se a ela, apenas, para a reprodução e para as práticas sexuais, desconsiderando seu caráter afetivo, social, político e cultural e quando relacionamos estas duas vertentes: deficiência e sexualidade, notamos uma maior quantidade de estigmas sendo revelados. Assim, discutiremos, no próximo capítulo, propostas para uma educação sexual e formação de professores para compreender as crianças portadoras de deficiência mental.

CAPÍTULO III

PROPOSTA DE UMA EDUCAÇÃO SEXUAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA COMPREENDER A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA MENTAL

Historicamente, temos contato com uma visão de sexualidade moldada e justificada de acordo com cada sexo, aqui entendido como feminino e masculino, sempre definida e constituída através das ideologias sociais dominantes, presente até os dias atuais. Essa visão de sexualidade tem sido uma relação de poder e exploração, primeiramente marcada, pela dominação do homem à mulher, mas atualmente, também podemos observar outros tipos de exploração e demonstração de poder, como por exemplo, o relatado nessa pesquisa, a sexualidade de crianças portadoras de deficiência mental em relação a crianças normais, aos adultos, aos considerados capazes, entre outras relações de poder. Assim, temos uma certa dificuldade em trabalhar com temas desse modo, repletos de estigmas, mitos e tabus, pois a sociedade em que vivemos já está repleta deles, e acaba nos contagiando se não tomarmos uma atitude crítica e consciente em relação a eles.

Para isso, serão necessárias orientações política, filosófica, histórica, conceitual, institucional, pedagógica e emancipatória para podermos promover uma educação sexual mais compatível com as necessidades das crianças, fornecendo-lhes informações, favorecendo um caminho aberto a satisfação de dúvidas e anseios, adequando os temas à idade e ao interesse dos alunos, estando atentos para perceber repressões e angústias em suas expressões, entre outras.

Com relação à deficiência mental, também podemos verificar, ainda, comportamentos preconceituosos e opiniões de senso comum predominando e exercendo formas consagradas na produção da exclusão, seja no ambiente escolar, na

sociedade, no campo afetivo, político, cultural, entre outros, gerando práticas de desigualdade, dificultando, ainda mais, o processo de integração e socialização deste indivíduo na sociedade civil, ajudando a conservar essas barreiras, já que não são apresentadas condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

A sexualidade do deficiente mental tem apresentado uma certa resistência em superar preconceitos e desformular estereótipos, como a visão do deficiente, através de extremos, como ser assexuado ou dotado de uma hiperssexualidade, impossibilitando-o de adquirir seu direito à convivência social plena, sem receber tratamentos diferenciados ou ineficientes pela sua condição de deficiente. Na escola, essa característica tem se evidenciado, pois não são realizadas, na prática, políticas para alcançar uma superação das desigualdades, pois não há uma preocupação com a promoção de uma educação sexual emancipatória, através de uma formação contínua de seus profissionais, para ficarem aptos a discutir esses assuntos de forma consciente, a fim de não gerar ou perpetuar traumas, medos, repressões, vergonhas e timidez nessas crianças. A educação tradicional brasileira tem se pautado em ideologias conservadoras, moralistas e alienadas, sem ocasionar mudanças nas concepções de moral-cristã, médico-biologista e patriarcal da sexualidade, visível desde os primórdios da Educação no Brasil.

Para haver um projeto de Educação Sexual na Escola, é preciso que o profissional resgate os valores positivos, integrais, afetivos e plenos da sexualidade, e critique os papéis tradicionais e suas ideologias, através de pesquisas históricas e científicas sobre o assunto, ou seja, deverá fazer uma reeducação da sua própria sexualidade (NUNES,2000,p.106), para que possa promover uma educação sexual sem ideologias, dogmatismos ou doutrinamentos pré-formados. Também é essencial, um entendimento da sexualidade, como sendo *uma dimensão humana fundamentalmente construída a partir de suas relações que empreendemos com o mundo natural e a*

cultura, desde suas matrizes institucionais presentes na família e em todas as expressões da sociedade. (NUNES,2000,p.107)

É preciso, então, ter profissionais em constante formação e aperfeiçoamento, permitindo aos seus alunos uma discussão crítica sobre o tema, sem restringir a educação sexual, apenas, em conteúdos informativos, higiênicos, formais e biológicos, sobre a fisiologia do corpo humano, ou apresentar linguagem desapropriada à idade das crianças, como por exemplo, a utilização de termos técnicos, impossibilitando a compreensão plena, revelando um despreparo e uma desorientação para promover uma educação sexual emancipatória. Temas como a sexualidade e a deficiência, como um todo, devem estar sempre em pauta, seja nas reuniões pedagógicas, nos cursos de formação continuada, em reunião de pais e professores, e de preferência, com a presença de uma pessoa especialista no assunto, podendo acrescentar informações filosóficas e científicas, proporcionando discussões mais críticas, saindo das opiniões de senso comum, trazendo informações e dados relevantes à formação dos profissionais da educação, pois para ser possível vivenciar a sexualidade e proporcionar uma prática consciente dela, a cada criança, é importante que os educadores desenvolvam e critiquem a sua própria sexualidade, seus anseios, dúvidas, tabus, preconceitos, repressões, medos, entre outros, para não reproduzir seus conflitos e estigmas aos seus alunos. Portanto, deverá ser elaborada e proposta uma nova educação sexual, no conceito individual e particular do profissional, de forma criativa, consciente e libertária, resultando no domínio e libertação do conteúdo pelo professor e da promoção aos alunos de uma sexualidade voltada para a sensibilidade, afetividade, desenvolvendo assim, o conceito e a filosofia do erotismo.

Segundo Nunes, erotismo quer dizer, *capacidade de relacionar-se com o mundo da natureza e com os demais seres humanos de maneira singular e*

subjetiva.(2000,p.109), ou seja, praticar a afetividade, satisfazer seus desejos, através das conquistas, das relações inter-individuais, como uma necessidade fundamentalmente humana, essencial para o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Historicamente, a sexualidade e a deficiência mental são vistas de modo relacional, quanto à confirmação de preconceitos e proibições. O século XX, no Brasil, traz uma grande quantidade de medidas eugênicas, promovidas pelo Estado, controlando e regulando o sexo, pois acreditavam que somente assim poderiam alcançar o progresso social. Assim, os deficientes mentais, que eram considerados “anormais”, tiveram como medida preventiva, a recomendação de isolamento social e esterilização das mulheres, evitando assim, a manutenção das “anomalias”. Estas medidas são ainda presenciadas, nos dias atuais, com a negação e a repulsão às práticas sexuais dessas pessoas.

Desse modo, a população em geral, e também educadores, acabam tendo conceitos distorcidos e estigmatizados à sexualidade de crianças deficientes mentais, classificando-os como incapazes de interagir com sua sexualidade, ou tratando-a como algo proveniente de um instinto, sendo incontrolável e animalizado, esquecendo-se que eles são seres humanos, como qualquer outro, necessitando vivenciar sua sexualidade, através de laços afetivos, relações sociais, realização de desejos, satisfação de prazeres, podendo ter uma vida saudável e significativa para si. Muitas vezes, essas crianças passam a ter comportamentos sexuais exagerados e a todo o momento, por serem reprimidas e impedidas de terem um contato sócio-afetivo com outras pessoas, por estar sempre em convívio apenas de familiares, ou proporcionar atividades prazerosas a elas, demonstrando outras maneiras de se realizar. A noção de incapacidade, atribuída a essas crianças, que possuem apenas limitações no aspecto intelectual, são prescritas por pais e educadores, como condições de impedimento para a manifestação de seus desejos,

sonhos, vontades, realizações, devida a sua característica distinta a outros seres humanos, talvez pelo receio ao seu sofrimento, ou o que é mais provável, a manutenção de mitos sobre a deficiência, como sendo todos considerados assexuados ou hiperssexuais, eternas crianças, inocentes, possuidores de práticas anormais, desviantes e descontroladas, entre outras.

Ignorar e não respeitar a curiosidade destas crianças, por serem consideradas incapazes e por todos os outros tabus relatados no parágrafo anterior, é causar uma série de problemas tanto para eles próprios, como para familiares e professores, pois sem dar condições para a resolução das dúvidas, elas poderão tentar saciar-se sozinhas, sem o acompanhamento de alguém responsável pelas informações encontradas, podendo ter acesso a informações impróprias ou até contato com pessoas de má índole, ficando susceptíveis a sofrer qualquer tipo de violência.

Durante muito tempo, e presente até os dias atuais, em pessoas consideradas conservadoras, a noção de pecado, baseada na tradição ocidental repressiva, confirmada em conceitos de moral e ética da Igreja Católica, é fundamentada no modelo de luxúria, sob o pretexto de que sua manifestação seja maléfica e condenatória, gerando uma filosofia em não se falar em sexo, mesmo em condições informativas, com a preocupação de ser estimulado e incentivado, já que é um assunto censurado e proibido. Porém, estudos recentes sobre o início da sexualidade das crianças, revelam que elas agem de maneira intuitiva e sensorial na descoberta de suas expressões sexuais, da mesma forma que se sente curiosa em apropriar-se da linguagem, da cultura e de outros comportamentos sociais (NUNES, 2000, p.111), ou seja, é um processo inerente ao desenvolvimento natural de todas as pessoas. Portanto, são imprescindíveis comportamentos libertadores e esclarecedores quanto a essas questões, pois a criança também aprende com atitudes repressoras e punitivas com relação à expressão de sua

sexualidade, gerando pessoas com os mesmos traços repressivos e conservadores do autor dessas ações.

Nunes e Silva (2000), apontam possíveis atitudes de pais e educadores frente à sexualidade das crianças, as quais denomina: 1ª - Atitude autoritária e repressiva, 2ª - Atitude omissa, ausente e permissiva, 3ª - Atitude diletante e exótica, 4ª - Atitude delegante e patrulhadora e a 5ª - Atitude humanista e emancipatória

A atitude autoritária e repressiva, caracteriza-se pela promoção e sustentação da violência simbólica e dominação, fundamentada por opiniões provenientes do senso comum e a conservação dos papéis sexuais tradicionais, através dos modelos patriarcais de educação, baseado nos princípios de vigilância e manutenção das funções sociais, de homem, educado como “macho”, para desenvolver atividades que favoreçam o intelecto e a racionalidade, enquanto à mulher são atribuídas as funções do lar e de submissão ao pai e ao marido, com características predominantemente afetivas e frágeis. Porém, para alcançar uma educação emancipatória, tanto para meninos quanto para meninas, seria necessário alcançar a plenitude nas funções atribuídas a cada sexo (masculino e feminino), gerando indivíduos completos e não compartimentados, sabendo diferenciá-los apenas nos aspectos biológicos, inerente a cada sexo.

A atitude omissa, ausente e permissiva é fundamentada na negação da sexualidade infantil, ignorando e negligenciando a curiosidade, descobrimentos, manifestação de desejos e reprodução de atos sexuais, retirando a sua responsabilidade e a sua contribuição para o desenvolvimento sadio da sexualidade da criança, alegando não ter informações suficientes para realizar tal ação, deixando-as que procurem sozinhas as respostas às suas indagações, reconhecendo *uma atitude ausente dos pais, marcada pela fuga das perguntas, pela indisposição e desassossego em ver uma criança descobrindo e explorando sua corporeidade* (NUNES,2000,p.117-118), sendo

possível visualizar, com maior frequência, a masturbação prazerosa nestas crianças. Assim, segundo Nunes,

Os educadores que não buscam informações para seu aperfeiçoamento e que nada desenvolvem para adquirir uma habilidade didática para trabalhar o assunto estão radicados na omissão e na irresponsabilidade, pois o descurar da sexualidade significa abdicar da educação integral da criança (...).(Op. Cit.,p.118)

Portanto, nessa atitude, não há propostas nem caminhos para uma educação emancipatória, a não ser se mudar de concepção de educação, pois se torna impossível criar um ambiente propício para se falar em sexualidade com essas crianças, um tempo de espera ou maturação, já que as informações devem ser dadas de acordo com o aparecimento das indagações e das necessidades demonstradas pelas crianças. Assim, é necessária uma conscientização da escola e da família sobre um caráter crítico e científico da sexualidade, adquirindo linguagens e ações apropriadas, para respeitar as manifestações essenciais à condição humana e desenvolvimento progressista da criança.

A terceira atitude, intitulada de diletante e exótica, refere-se ao comportamento de pais e professores, que encaram a sexualidade infantil como sendo pertencente a um mundo fantasioso e mágico, tratando-a sempre através de metáforas, retiradas de mundos fantasiosos como a mitologia e a irreabilidade, gerando uma percepção das crianças à sua sexualidade de forma ingênua e prematura, sendo vistas, por essas pessoas, sempre como portadoras de manifestações inocentes e infantilizadas, desarticulando assim, pais e professores, da sua responsabilidade em promover uma educação sexual esclarecedora à essas crianças, adquirindo uma ideologia de negação e sublimação da sexualidade destas crianças. Desse modo, para alcançar a emancipação dessa concepção de educação, seria necessária uma mudança na atitude dos educadores, frente à manifestação de sexualidade das crianças, lidando com a curiosidade delas de

forma consciente e responsável, adequando a linguagem ao seu entendimento, proporcionando rodas de conversas para a satisfação de dúvidas, entre outras maneiras de desmitificar a sua sexualidade.

A quarta é classificada como delegante e patrulhadora é baseada pelo comportamento familiar em deixar a responsabilidade da educação sexual de seus filhos, exclusivamente para a instituição escolar, não se preocupando, ao menos, em conversar o que foi discutido na escola, porém, apresentar a característica de patrulhar, no sentido de vigiar, os educadores responsáveis dessa prática, caso tentem deslocar o foco do modelo dominante da expressão da sexualidade e de seus valores sociais hegemônicos, estabelecidos historicamente. Caso isso aconteça, entram com seus poderes de pai, para restabelecer seus conceitos, julgados corretos, de dominação e repressão sexual. Nessa concepção de educação sexual seria muito difícil promover uma educação emancipatória, pois precisariam ser mudadas as ideologias dominantes dessas famílias, para atitudes mais libertárias e uma sociedade produtora de conhecimentos críticos e progressistas (entenda-se por esse termo, como algo em desenvolvimento, evolução a melhoras), mas como a sociedade já está instituída e não há maneiras de reformular famílias, essa atitude é mantida e reproduzida em nossa sociedade, sem grande mobilidade de mudanças.

A quinta e última atitude, intitulada de humanista e emancipatória, ainda muito difícil de ser encontrada e aplicada, é fundamentada no conceito de independência plena do sujeito, através da prática de humanismo, *que consiste em resgatar o que há de mais próprio no ser humano, a saber, as características de afetividade, emoção, busca da completude e do prazer, a comunicação verbal, além da possibilidade de sonhar e contar com a razão conformada pela intuição e emotividade.* (NUNES e SILVA,2000,p.123). Então, propõe uma educação voltada às manifestações subjetivas

da criança, para que seja plena, englobando toda a essência do ser humano, possuidor de afetividade e propagador de seus sentimentos, pois não se caracteriza, apenas, pelo uso de sua racionalidade, mas também pela manifestação de suas emoções, como forma até de manutenção e preservação de sua objetividade intelectual.

Dessa maneira, entendemos que a sexualidade é uma característica intrínseca à condição de existência do ser humano, portanto também deve ser trabalhada em todas as suas dimensões e aspectos, pois uma educação fragmentada traz problemas sérios no desenvolvimento de uma criança, sendo carregado até a fase adulta, baseada basicamente na idéia de negação e repressão a todas as práticas e expressões da sexualidade, originando indivíduos inseguros e receosos quanto a manifestação e vivência de sua sexualidade. Com relação a repressão sexual, Foucault (1985) faz um estudo sobre a sexualidade realizada no Ocidente, dividindo este tema em duas categorias : *Scientia Sexualis* e *Ars Erotica*. A primeira, *Scientia sexualis*, faz continuidade aos princípios tradicionais da Idade Média em que a expressão da sexualidade é vista como pecado, precisando ser confessadas as culpas geradas pela sua vivência. E a segunda, *Ars erótica*, como a forma afirmativa da sexualidade, não controlada pelo discurso racional e lógico, nem pelas práticas institucionalizadas, confirmadas pelas práticas de domínio absoluto do corpo, *gozo excepcional, esquecimento do tempo e dos limites, elixir da longa vida, exílio da morte e das ameaças* (FOUCAULT,1985, *apud* Nunes e Silva,2000,p.124). Assim, a sociedade moderna do Ocidente disciplinou os corpos e os discursos, estabelecendo a regra do permitido e do ilícito, controlando o desejo pela censura e as práticas pelo medo, atribuindo ao sexo, a forma exclusiva e única para a reprodução, classificando o prazer como algo imoral e condenatório, apesar da sociedade estar se “evoluindo” com o passar dos anos. Porém, o pior prejuízo da sexualidade é o fator político, expondo

concepções superficiais e pessoais como verdades acabadas, abordando a sexualidade de forma simplista, primária, pseudocientífica e, em geral, repleta de preconceitos.

Enfim, para promover essa tão sonhada educação sexual emancipatória é preciso que educadores e também familiares, em uma cooperação, propiciem o desenvolvimento integral das crianças, em todos os aspectos, fornecendo e incentivando o direito de expressar seus sentimentos, sua afetividade, a satisfação de seus desejos e prazeres, possibilitando uma formação saudável, também em seu aspecto emocional. Não reduzindo esta educação a um conjunto de informações biológicas da fisiologia do corpo humano, ou a prevenção de doenças, gravidez, ou mesmo noções de higiene, mas sim encontrar no educador uma prática *científica, crítica, criativa, e ao mesmo tempo cultural e politicamente aberta e livre* (NUNES e SILVA, 2000,p.125), adequando suas falas às suas ações, para que a teoria não fique sem sentido ou invalidada.

Portanto, é imprescindível uma formação científica e crítica dos profissionais da educação, para estarem aptos a desenvolver uma educação sexual emancipatória e adequada às crianças portadoras de deficiência mental, incluídas em escolas municipais. A primeira reformulação deve ser feita quanto a formação de professoras para receberem alunos portadores de necessidades especiais, pois como foi exemplificado e analisado anteriormente, a visão repleta de mitos e tabus em relação ao deficiente mental ainda está predominante na concepção destas profissionais, conceitos como a hiperssexualidade, ou a caracterização destas crianças como sendo meigas, carinhosas são os mais dissipados. Com isso, podemos perceber o despreparo teórico e prático destas professoras em receber crianças especiais, me fazendo questionar : Como essas profissionais serão capazes de lidar com a sexualidade destes alunos, sem ao menos quebrar os preconceitos e realizar um trabalho consciente em relação à deficiência? Como emancipar a educação sexual com a permanência de concepções míticas com

caráter moralista em relação a sexualidade de crianças portadoras de deficiência mental?

Segundo GuerPELLI, é preciso:

(...) utilizar uma linguagem que o deficiente compreenda, para que ele seja capaz de decifrar o significado das palavras e o sentido dado a elas (...) O momento é de ampliar a visão da sexualidade e compreender que nos portadores de deficiência mental ela é igualmente importante, embora se processe de forma diferente. (GUERPELLI, 1995, *apud* Moukarzel, 2003,p.79)

Como já foi dito em parágrafos anteriores, é preciso mudar as ações e concepções teóricas de profissionais de educação para não promover a manutenção do caráter conservador e repressivo da sexualidade, gerador de proibições, e negações, ocasionando problemas ainda maiores quando se trata de portadores de deficiência mental, sendo limitados, tanto pela família quanto pela sociedade em geral, a uma série de atividades, por serem considerados incapazes ou limitados em exercê-las.

Não tenho a intenção de traçar críticas irresponsáveis e inconseqüentes a profissionais e/ou instituições de ensino, mas sim tentar abrir caminhos para a procura de uma formação consciente e científica sobre assuntos tão repletos de estigmas quanto os estudados aqui. Minha maior realização, não considerada essencialmente uma utopia, seria ver a legitimação e a realização de uma educação sexual libertária e ausente de preconceitos, opiniões de senso comum, para crianças portadoras de deficiência mental, pois as ajudariam em tornar-se adultos autônomos em relação aos seus desejos, tendo espaço para manifesta-los, e favorecendo suas relações afetivas e sociais, que são essenciais para o desenvolvimento pleno e saudável de qualquer ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa chega ao fim, com dois sentimentos muito presentes, um de alívio, por ter conseguido concluir, e outro de frustração por constatar, através do questionário aplicado a seis educadoras da EMEI “Maria Célia Pereira”, uma série de concepções restritas e dotadas de senso comum em relação à sexualidade de crianças portadoras de deficiência mental. Apesar de desconfiar de algumas práticas repressoras e preconceituosas, não aceitava encontrar tais situações em uma escola que possui um projeto de Orientação Sexual, com palestras frequentes, realizadas por uma especialista no assunto, direcionadas a pais e docentes.

No primeiro capítulo, foi possível encontrar a história da educação sexual e as concepções de deficiência, atribuídas durante os séculos, sendo possível notar uma conservação na maneira de vivenciar a sexualidade dos tempos remotos, até aos dias atuais. Modelos dominantes como o patriarcalismo, com a dominância masculina às mulheres, e a negação e repressão da sexualidade, por motivos morais, considerando a sua manifestação como pecadora, ainda é facilmente encontrada, seja de forma encoberta ou não, nas famílias e em educadores, ocasionando uma perpetuação e manutenção destes conceitos às novas gerações, através do convívio com estas concepções.

Com relação à deficiência mental, há um imaginário social que constrói a sexualidade destas crianças, a partir de um conjunto de representações relativas à monstruosidade e à anormalidade, ficando a cargo das famílias e dos profissionais da educação o controle de sua manifestação. Esse sistema de representações conduz a sexualidade das pessoas com deficiência ao estado de natureza, no qual sua sexualidade aparece difícil de ser educada e controlada. Havendo a possibilidade deste descontrole,

iriam inevitavelmente exercer práticas sexuais consideradas socialmente inadequadas. Assim, percebe-se um desconhecimento e uma desinformação a esse respeito, possibilitando práticas discriminatórias e segregadoras, derivadas de uma ausência de consciência e caráter crítico-científico ao tema.

Assim, mesmo aceito pela Prefeitura Municipal de Campinas um Projeto de Orientação Sexual à Escola pesquisada, não é possível classifica-la como possuidora de uma educação sexual, pois os conceitos das educadoras estão fundados no senso comum, sem a atribuição de um caráter científico e investigativo às questões geradoras de dúvidas e inquietações, para possibilitar uma política para tentar dissolver as ideologias conservadoras, pertencentes aos profissionais. Mas, para que haja toda essa conscientização e atribuição política, filosófica e política às questões trabalhadas, é necessária uma atitude das próprias profissionais em se adequar ao caráter inovador e libertário em relação à deficiência mental e a sexualidade das crianças, pois dependerá de sua atitude em estar apta a novos conceitos e realizar pesquisas científicas, para encontrar maior veracidade e criticidade em suas descobertas. O trabalho da Orientadora Educacional também é muito importante para auxiliar na necessidade das educadoras em procurar se atualizar, pois se não forem constatados problemas e alternativas para serem resolvidos e o incentivo para o aperfeiçoamento das profissionais, nem sempre elas procurarão sozinhas. De acordo com Nunes e Silva (2000)

Ou educamos nossas crianças , num esforço humano e institucional gigantesco de questionar o senso comum e ousar propor práticas e significações emancipatórias, ou assumimos que nossa atuação como pais e educadores significa tão somente o reforço do conservadorismo e a permanência e continuidade do tradicionalismo. (p.128)

Assim, as propostas já estão dadas e analisadas, só será preciso coloca-las em prática, superando os antagonismos pedagógicos na educação sexual dos considerados

deficientes, esperando que as Escolas adquiram atitudes críticas frente aos seus ideários moralistas, em que a sociedade, em geral, possa conviver com a diversidade nos moldes do humanismo, e entender a sexualidade como uma *manifestação ontológica da condição humana, isto é, a sexualidade faz parte da própria constituição intrínseca do que seja o ser humano*, (NUNES e SILVA, 2000,p.2) essencial para o desenvolvimento saudável e pleno do indivíduo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. **In: Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania.** BIANCHETTI, Lucídio e FREIRE, Idamara (Orgs.). Campinas: Papirus, 1998.p.21-53.223p.

BRASIL. CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília. 1994

CABRAL, Juçara T. **A sexualidade no mundo ocidental.** Campinas: Papirus, 1995.126p.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual, essa nossa (des) conhecida.** São Paulo, Brasiliense, 1984

DALL'ALBA, Lucena. **Sexualidade e deficiência mental: concepção do professor.**1992. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Mimeo.[s/d]

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: A vontade de Saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1985 vol.I

FRANÇA RIBEIRO, Hugues Costa de. Sexualidade e os portadores de deficiência mental. **In: Revista Brasileira de Educação Especial.** Marília, v.7,n.2,11-27,2001.

GALE, Jay. **O adolescente e o sexo: um guia para os pais.** São Paulo: Círculo do Livro,1989. 229p.

GAUDERER, Christian. **Sexo e sexualidade da criança e do adolescente.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,1996

GUERPELLI, Maria Helena B. V. **Diferente mas não desigual.** São Paulo: Gente,1995.112p.

LIPP, Marilda Novaes. **Sexo para deficientes mentais: sexo e excepcional dependente e não dependente.** 3ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986, 94p.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial.**Rio de Janeiro, Zahar, 1967

MOREIRA,Lília Maria de Azevedo. **Manual sobre educação sexual de deficientes mentais: algumas abordagens.** Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA,1995.62p.

MOUKARZEL, Maria das Graças M. **Sexualidade e deficiência: Superando estigmas em busca da emancipação.** 2003. Tese (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.221p.

NUNES, César A.. **Desvendando a sexualidade**. São Paulo: Papirus, 1987.101p

————— e SILVA, Edna. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade**. Campinas: Autores Associados,2000.136p.

PESSOTTI, Isaías. **Deficiência mental: da superstição à ciência**.São Paulo: EDUSP, 1984.206p.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. 17 ed ver. E ampl. Rio de Janeiro: Edição da Autora,1991.407p.

VIDAL,M. **Moral de atitudes**. Aparecida do Norte, Santuário, 1979.